

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 05 - Sociologia na Educação Básica

Território e formação sociológica: interdependências e leitura crítica do espaço vivido
em uma eletiva no Ensino Fundamental II

Daiane Trichez Machado Penkal¹

INTRODUÇÃO

Pensar a formação sociológica no Ensino Fundamental II implica enfrentar desafios imensos, entre eles, o reconhecimento das especificidades desse nível de ensino, marcado por processos iniciais de sistematização conceitual; e também, evitar que o ensino de Sociologia se reduza à apresentação fragmentada de temas ou conteúdos descontextualizados da experiência concreta dos estudantes. Nesse cenário, torna-se pertinente problematizar quais mediações pedagógicas podem favorecer a constituição de um olhar sociológico, ainda que em estágio inicial, capaz de articular vivências cotidianas e estruturas sociais mais amplas.

Entre as possíveis mediações pedagógicas, a articulação com o território apresenta-se como potencialmente fecunda, sendo aqui compreendida para além de sua dimensão meramente espacial ou geográfica. Conforme destaca Lelis (2024), o território pode ser entendido como categoria socioespacial complexa, atravessada por relações históricas, políticas e simbólicas que estruturam a vida social. Nessa perspectiva, o espaço vivido deixa de ser cenário neutro e passa a ser concebido como expressão de dinâmicas sociais em

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior; Licenciada em Ciências Sociais (PUCPR), Professora de Sociologia na SEED-PR, e-mail: daiane_trichez@hotmail.com.

permanente configuração, o que permite deslocar a percepção imediata do cotidiano e submetê-la a um exercício de problematização.

Tal compreensão encontra respaldo na perspectiva relacional desenvolvida por Norbert Elias (1994), para quem a sociedade deve ser analisada como teia de interdependências historicamente constituídas. Ao enfatizar os processos configuracionais e as relações de inter-relação que vinculam indivíduos e grupos, Elias contribui para superar visões individualizantes ou naturalizadas da experiência social. Conforme discutido por Do Prado (2022), a noção de interdependência permite evidenciar como práticas, disposições e formas de organização social são produzidas em contextos específicos de poder e configuração. Assim, pensar o território como trama relacional implica reconhecer que o espaço vivido pelos estudantes é atravessado por dinâmicas sociais que excedem a experiência imediata e demandam mediação analítica.

Assim, a mobilização do território como objeto de análise no Ensino Fundamental II articula-se à noção de imaginação sociológica enquanto exercício formativo. Santos, Pereira e Rausch (2023) destacam que “entender o mundo pela ótica sociológica, a partir da ciência, requer compreensão e problematização da complexidade social” (SANTOS; PEREIRA; RAUSCH, 2023, p. 3), em consonância com Vale (2022) ao discutir a aprendizagem significativa no ensino de Sociologia. A imaginação sociológica, compreendida como disposição para estabelecer conexões entre biografia e contexto social, pode operar, nesse nível de ensino, como exercício inicial de deslocamento cognitivo, favorecendo a transição entre percepções espontâneas e interpretações sistematizadas da realidade.

No contexto da Educação em Tempo Integral no estado do Paraná, o Documento Orientador nº 01/2023 (PARANÁ, 2023) atribui às eletivas um papel estratégico na ampliação das experiências formativas dos estudantes, na medida em que possibilita aprofundamentos temáticos e metodológicos que dialoguem com seus interesses e com o território em que a escola está inserida. Esse enquadramento institucional cria condições para que propostas pedagógicas voltadas à leitura crítica do espaço vivido sejam desenvolvidas como parte integrante do currículo, articulando intencionalidade formativa, experimentação metodológica e investigação do território vivido.

É nesse horizonte que se insere a eletiva Olhares sobre o lugar onde vivemos, cujo planejamento e organização encontram-se sistematizados em documento pedagógico

específico (PENKAL, 2026). Desenvolvida em uma escola pública da rede estadual, a eletiva constitui-se como campo de reflexão teórico-metodológica acerca das possibilidades e dos limites da mobilização do território enquanto categoria pedagógica no Ensino Fundamental II.

Sob o ponto de vista metodológico, o presente artigo caracteriza-se como uma análise de natureza qualitativa, ancorada na reflexão teórico-metodológica sobre uma intervenção didática desenvolvida no âmbito do componente curricular Eletiva, em uma escola pública da rede estadual do Paraná. A proposta pedagógica, sistematizada em documento próprio (PENKAL, 2026), constitui a principal fonte de análise, sendo articulada às observações realizadas ao longo de sua implementação. O material empírico mobilizado decorre do acompanhamento do desenvolvimento das atividades, incluindo registros produzidos pelos estudantes, como mapas afetivos, narrativas sobre o cotidiano e representações do território, bem como anotações decorrentes da observação docente durante as aulas. Tais instrumentos não são tomados como dados no sentido estritamente sistematizado de uma pesquisa empírica tradicional, mas como elementos que possibilitam refletir sobre os processos formativos desencadeados pela proposta. A análise orienta-se, portanto, pela interpretação dessas produções e interações à luz do referencial teórico adotado, especialmente no que se refere às noções de território, imaginação sociológica e interdependência. Trata-se, assim, de um estudo que articula prática pedagógica e reflexão teórica, buscando compreender em que medida a mobilização do território como categoria pedagógica pode contribuir para a constituição de um olhar sociológico, ainda que em estágio inicial, no Ensino Fundamental II.

DESENVOLVIMENTO

Considerando o cenário atual da educação brasileira, torna-se pertinente refletir sobre o lugar da Sociologia na Educação Básica, especialmente diante das recentes transformações curriculares que têm impactado a presença da disciplina nas escolas. No estado do Paraná, a mais recente atualização da matriz curricular reduziu significativamente o espaço destinado à Sociologia no Ensino Médio, restringindo-a a duas aulas na 2ª série e retirando sua presença da 1ª e da 3ª séries. Tal configuração evidencia um cenário de diminuição da presença da disciplina no currículo escolar.

Ao observar o histórico da Sociologia no Brasil, especialmente no que se refere à sua inserção na Educação Básica, identifica-se a presença de diferentes hiatos ao longo de sua trajetória, marcados por momentos de inserção, retirada e reinserção da disciplina nos currículos escolares. Nesse contexto, pensar estratégias de fortalecimento do pensamento sociológico no ambiente escolar torna-se um desafio relevante para docentes e pesquisadores da área.

Em contraposição a esse cenário de redução da Sociologia no Ensino Médio da rede estadual paranaense, a presença do componente curricular denominado Eletiva, no âmbito do Ensino Fundamental II, abre possibilidades pedagógicas para a introdução de reflexões sociológicas nessa etapa da escolarização. A partir da realidade concreta de sua prática docente, este trabalho propõe a inserção de elementos do pensamento sociológico no Ensino Fundamental II por meio de uma proposta pedagógica desenvolvida em uma escola da rede estadual.

No cenário da Educação em Tempo Integral no Paraná, o componente Eletiva integra a chamada Parte Diversificada do currículo, possibilitando que os docentes organizem planos de trabalho com maior flexibilidade temática e metodológica. É nesse cenário, entre a necessidade de fortalecimento da Sociologia na Educação Básica e as possibilidades abertas pelas eletivas, que se insere a proposta Olhares sobre o lugar onde vivemos, a qual mobiliza o território como objeto de investigação a partir da imaginação sociológica.

A inserção de reflexões sociológicas no Ensino Fundamental II envolve desafios específicos relacionados às formas de mediação pedagógica mobilizadas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse nível de ensino, a aproximação com conceitos e categorias das Ciências Sociais ocorre, em grande medida, em um estágio inicial de sistematização, no qual percepções cotidianas e interpretações espontâneas da realidade ainda predominam como referência para a compreensão do mundo social.

Sendo assim, o ensino de Sociologia demanda estratégias pedagógicas capazes de promover deslocamentos interpretativos, permitindo que os estudantes avancem da experiência imediata para formas mais sistematizadas de compreensão da vida social. Nessa direção, Santos, Pereira e Rausch (2023) destacam que o uso de conhecimentos sociológicos no contexto escolar potencializa a reflexividade crítica e a capacidade de construir situações-

problema, elementos fundamentais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais significativas.

Conforme discute Vale (2022), problematizar o cotidiano implica submeter às experiências vividas a um exercício de estranhamento, por meio do qual aquilo que se apresenta como familiar passa a ser interrogado. Nesse sentido, ao mobilizar o território como eixo da proposta, a eletiva constituiu-se como um espaço possível para que esse movimento acontecesse, por meio de mediações pedagógicas que, desde as primeiras semanas e ao longo de todo o percurso, buscaram tensionar as leituras imediatas do cotidiano. O desafio consistiu justamente em conduzir esse material empírico — tão próximo e, por vezes, naturalizado — a níveis mais elaborados de compreensão, evitando que as atividades se limitassem à descrição das vivências. Tratou-se, portanto, de favorecer, ainda que de forma introdutória, a problematização dessas experiências, uma vez que, como aponta Vale (2022), o potencial formativo do ensino de Sociologia na educação básica está diretamente relacionado à capacidade de transformar experiências concretas em objetos de reflexão, articulando-as a processos sociais mais amplos.

Conforme discute Lelis (2024), ao dialogar com Santos (2005), o território não deve ser compreendido como uma realidade estática, mas como uma construção social marcada por usos e práticas. Nessa perspectiva, o autor mobiliza a noção de “território usado”, enfatizando que o elemento central da análise não é o território em si, mas as formas como ele é apropriado e utilizado socialmente. Tal compreensão desloca o foco da materialidade do espaço para as relações sociais que nele se produzem, permitindo compreender o território como expressão dinâmica da vida social.

De modo que é possível afirmar que o território, quando mobilizado no campo educacional, ultrapassa a compreensão restrita à dimensão física ou geográfica, configurando-se como uma categoria analítica central para a interpretação da vida social. Conforme discute Lelis (2024), a análise do território deve considerar as formas de uso que o constituem, uma vez que são essas práticas que revelam as dinâmicas e contradições da vida social. Nessa perspectiva, o cotidiano dos estudantes deixa de ser compreendido apenas como vivência imediata e passa a ser concebido como expressão de relações sociais passíveis de investigação e problematização.

A partir dessa compreensão, o território apresenta-se como uma potente mediação pedagógica no ensino de Sociologia, especialmente no Ensino Fundamental II, na medida em que permite ancorar a aprendizagem em experiências concretas dos estudantes. Ao partir do espaço vivido — suas casas, trajetos, bairros e relações cotidianas —, torna-se possível promover deslocamentos interpretativos que conectam vivências individuais a estruturas sociais mais amplas, favorecendo a construção de leituras críticas da realidade. Tal movimento contribui para superar abordagens descontextualizadas, aproximando o conhecimento sociológico das práticas sociais que constituem o cotidiano dos sujeitos.

Essa perspectiva encontra respaldo na abordagem relacional, na medida em que o território pode ser compreendido como uma trama de interdependências historicamente constituídas. Conforme discutido por Do Prado (2022), a noção de interdependência permite evidenciar que as práticas sociais, as formas de organização e as disposições dos indivíduos não são isoladas, mas produzidas em contextos específicos de relações e configurações de poder. Assim, ao tomar o território como categoria pedagógica, reconhece-se que o espaço vivido pelos estudantes é atravessado por múltiplas dinâmicas sociais que excedem a experiência imediata, exigindo mediações que possibilitem sua problematização.

Desse modo, a mobilização do território no ensino de Sociologia, e como colocado na eletiva Olhares sobre o lugar onde vivemos, não se restringe à descrição de espaços, mas implica a construção de um olhar analítico sobre as relações sociais que os constituem. Trata-se de possibilitar que os estudantes avancem da percepção empírica para a compreensão relacional do mundo social, articulando cotidiano, estruturas sociais e processos históricos. O território opera como uma via privilegiada para a formação inicial do pensamento sociológico, ao permitir que o conhecimento seja construído a partir da realidade vivida, sem se limitar a ela.

Conforme orienta o Documento nº 01/2023 (PARANÁ, 2023), a eletiva Olhares sobre o lugar onde vivemos foi planejada com o objetivo de promover a aproximação dos estudantes com elementos do pensamento sociológico a partir de suas próprias experiências, tomando o território vivido como ponto de partida para a investigação da realidade social. Ao deslocar o foco de conteúdos abstratos para a análise do cotidiano, a eletiva busca favorecer a construção de interpretações que articulem vivências individuais e dinâmicas sociais mais amplas, em consonância com a noção de imaginação sociológica.

Do ponto de vista metodológico, a eletiva estrutura-se a partir de práticas investigativas que envolvem a observação do cotidiano, a elaboração de mapas afetivos, o registro de trajetos e a produção de narrativas sobre o espaço vivido. Essas atividades possibilitam que os estudantes reconheçam o território não apenas como espaço físico, mas como uma trama de relações sociais, marcada por pertencimentos, identidades, desigualdades e formas de circulação. Assim, a imaginação sociológica (MILLS, 1982) foi mobilizada tanto como uma ferramenta de análise social clássica quanto como um recurso didático no ensino, possibilitando aos estudantes estabelecer conexões entre suas experiências cotidianas e as dinâmicas sociais mais amplas que estruturam o território vivido.

Ao mobilizar diferentes linguagens — visuais, cartográficas, escritas e orais —, a proposta amplia as formas de expressão e de construção do conhecimento, permitindo que os estudantes comuniquem suas interpretações sobre o território de maneira autoral. Nesse processo, a arte assume um papel central enquanto linguagem de investigação e representação da realidade, contribuindo para a elaboração de leituras sensíveis e críticas do cotidiano.

Além disso, a eletiva valoriza o protagonismo estudantil ao inserir os estudantes como sujeitos ativos do processo investigativo, incentivando a formulação de perguntas, a interpretação de informações e a construção de sínteses sobre o espaço vivido. Tal movimento reforça a compreensão de que o conhecimento sociológico, mesmo em estágio inicial, pode ser construído a partir da experiência concreta dos estudantes, desde que mediado por práticas pedagógicas intencionalmente orientadas, que favoreçam a problematização do cotidiano e a construção de novas formas de interpretação da realidade social. Ao longo do desenvolvimento das atividades, observou-se que, quando instigados a refletir sobre seus próprios trajetos, vivências e relações, os estudantes passaram a mobilizar diferentes formas de leitura do território, evidenciadas nas falas e produções, indicando avanços na capacidade de questionar aquilo que antes se apresentava como natural. Nesse sentido, como afirma Vale (2022, p. 16), uma das questões recorrentes entre os jovens é “lidar com a problematização daquilo que vivencia no cotidiano, e que, portanto, exige um exercício, nem sempre simples, de estranhamento”. Tal processo, evidenciado no desenvolvimento do componente curricular, revela que a construção de um olhar sociológico implica não apenas o acesso a conceitos, mas, sobretudo, a disposição para interrogar o vivido, deslocando percepções imediatas em direção a compreensões mais amplas e críticas sobre o mundo social.

Nessa perspectiva, a noção de interdependência também permite deslocar a compreensão dos próprios estudantes sobre suas experiências, na medida em que evidencia que suas trajetórias, percepções e vivências estão inseridas em redes mais amplas de relações sociais. Ao reconhecer que o cotidiano não se constitui de forma isolada, mas em permanente relação com outros sujeitos, espaços e dinâmicas sociais, abre-se a possibilidade de tensionar leituras individualizantes e naturalizadas da realidade. Ainda que de forma inicial, esse movimento contribui para a construção de um olhar mais relacional sobre o mundo social, aproximando os estudantes de uma compreensão sociológica que considera as múltiplas conexões que estruturam a vida em sociedade, conforme discutido por Do Prado (2022).

As produções dos estudantes evidenciaram de forma significativa os deslocamentos interpretativos promovidos pela proposta. Em um dos mapas afetivos elaborados, por exemplo, um estudante destacou a diferença entre áreas do bairro que considerava “mais organizadas” e outras marcadas por ausência de infraestrutura, associando essas distinções a questões de acesso a serviços e condições de moradia.

Em outro momento, nas narrativas sobre trajetos cotidianos, surgiram relatos que evidenciavam desigualdades nas formas de circulação, como a dificuldade de deslocamento em determinados horários ou regiões, bem como percepções sobre segurança e pertencimento em diferentes espaços. Além disso, em atividades de socialização, foi possível observar que alguns estudantes passaram a relacionar suas experiências individuais a dinâmicas coletivas, reconhecendo que situações inicialmente compreendidas como particulares, como dificuldades de acesso a determinados espaços ou recursos, estavam vinculadas a condições mais amplas de organização social.

Esses elementos, ainda que apresentados de forma inicial e por vezes fragmentada, indicam a emergência de um movimento de problematização do cotidiano, no qual o território passa a ser compreendido como expressão de relações sociais mais amplas. Nesse contexto, a mobilização do território como categoria pedagógica, na eletiva Olhares sobre o lugar onde vivemos, evidenciou não apenas a potência de ancorar a aprendizagem nas experiências concretas dos estudantes, mas também a possibilidade de tensionar as formas como compreendem suas próprias trajetórias. Ao serem convidados a observar, registrar e interpretar o espaço vivido, os estudantes passam a deslocar suas percepções de um plano imediato e naturalizado para uma leitura mais relacional da realidade. Esse movimento

aproxima-se da compreensão de que o cotidiano não se constitui de forma isolada, mas como expressão de múltiplas relações sociais que se entrecruzam e se configuram historicamente. Nesse sentido, conforme Elias (1994, p. 17), trata-se de compreender a sociedade como “uma estrutura de indivíduos interdependentes”, o que permite reconhecer que as experiências individuais são inseparáveis das tramas sociais mais amplas nas quais estão inseridos.

A noção de interdependência, conforme mobilizada por Do Prado (2022), contribui para aprofundar essa leitura ao evidenciar que os indivíduos se constituem em relações, e não à margem delas, sendo suas ações, percepções e possibilidades atravessadas por configurações sociais específicas. Ao incorporar essa perspectiva no desenvolvimento da eletiva, torna-se possível compreender que o território vivido pelos estudantes não é apenas um espaço de circulação ou pertencimento, mas um campo de relações que os vincula a diferentes sujeitos, práticas e estruturas sociais. Assim, ainda que em um nível introdutório, a proposta possibilita a emergência de um olhar sociológico que reconhece o entrelaçamento das experiências individuais com processos sociais mais amplos, contribuindo para a superação de leituras individualizantes e para a construção de interpretações mais críticas sobre o mundo social.

Ao longo da eletiva, foi possível observar um processo gradual de ressignificação das formas como os estudantes se relacionam com o espaço em que vivem. Como descrito anteriormente, os estudantes foram instigados a observar e refletir sobre seus trajetos cotidianos, seus bairros e as dinâmicas que atravessam esses espaços. A partir desse movimento, passaram a reconhecer aspectos que, até então, permaneciam pouco problematizados em suas experiências.

Elementos como desigualdades na organização do espaço urbano, diferentes condições de circulação e modos distintos de ocupação do território começaram a emergir nas discussões e produções dos mapas afetivos e outras atividades, indicando um deslocamento importante em relação às leituras mais imediatas da realidade. Esse processo não se deu de forma homogênea ou linear, mas foi sendo construído progressivamente, à medida que as mediações pedagógicas tensionavam percepções naturalizadas e incentivavam a formulação de novas questões sobre o cotidiano.

Esse processo evidencia a construção de um olhar que ultrapassa a percepção espontânea, aproximando os estudantes de uma compreensão mais atenta às dimensões sociais que estruturam o espaço em que vivem. Trata-se de um deslocamento que marca a passagem

de uma leitura imediata para uma compreensão mais relacional da realidade social, em consonância com a perspectiva de interdependência (DO PRADO, 2022), ao evidenciar que o território se constitui por relações que se entrecruzam e se configuram historicamente. Observa-se, assim, a emergência de uma postura mais problematizadora, capaz de tensionar explicações simplificadas e reconhecer o caráter socialmente produzido desse espaço.

Nesse processo, o uso de instrumentos como mapas afetivos, registros do cotidiano e narrativas produzidas pelos estudantes mostrou-se particularmente relevante. Tais estratégias não apenas favoreceram a expressão das experiências individuais, mas também possibilitaram que essas experiências fossem colocadas em diálogo com outras vivências, evidenciando semelhanças, contrastes e tensões presentes no espaço vivido. Ao compartilhar suas produções, os estudantes passaram a reconhecer que suas trajetórias não se constituem de forma isolada, mas se inserem em um conjunto mais amplo de relações sociais, o que contribui para o desenvolvimento de uma percepção mais relacional do território. Assim, a atividade pedagógica deixa de operar apenas no nível da expressão e passa a configurar-se como um exercício de análise, no qual o cotidiano é tomado como objeto de investigação.

Entretanto, a mobilização do território como mediação pedagógica também evidencia limites e desafios que atravessam o processo de ensino e aprendizagem nesse nível de ensino. Um dos principais desafios refere-se à tendência dos estudantes em permanecerem no nível descritivo de suas experiências, relatando o que veem e vivenciam, mas nem sempre avançando para uma problematização mais aprofundada dessas observações. Tal característica está diretamente relacionada ao estágio de desenvolvimento cognitivo próprio do Ensino Fundamental II, no qual a abstração conceitual ainda se encontra em processo de consolidação. Nesse contexto, a mediação docente assume papel central, sendo responsável por tensionar as falas dos estudantes, formular questões orientadoras e promover conexões que permitam ultrapassar a descrição e alcançar níveis mais analíticos de compreensão.

Além disso, aspectos institucionais também incidem sobre a proposta, como o tempo pedagógico disponível, a organização curricular e as condições concretas de implementação das eletivas. Embora o componente Eletiva amplie as possibilidades de experimentação metodológica, ele também se insere em uma estrutura escolar que nem sempre favorece o aprofundamento contínuo das atividades desenvolvidas. A necessidade de articular diferentes objetivos formativos em um tempo limitado impõe desafios à consolidação de processos

investigativos mais longos, exigindo do docente constantes escolhas e adaptações. Assim, a eletiva se configura como um espaço de potência, mas também de tensão, no qual a proposta pedagógica precisa ser continuamente ajustada às condições reais de sua realização.

Ainda assim, diante desses limites, a experiência analisada permite afirmar que a mobilização do território no ensino de Sociologia contribui para a construção de um olhar mais relacional sobre o mundo social. Ao reconhecer que suas experiências estão inseridas em redes de relações mais amplas, os estudantes passam a questionar explicações individualizantes e a considerar a influência de fatores sociais na organização do cotidiano. Esse deslocamento, embora não se configure como uma apropriação plena dos conceitos sociológicos, representa um movimento significativo na direção da formação de um pensamento sociológico.

A noção de interdependência assume papel central na interpretação dos efeitos formativos da proposta. Ao evidenciar que as ações e trajetórias individuais se constituem em relação com outros sujeitos e com estruturas sociais mais amplas, esse conceito permite compreender o território como uma trama dinâmica de relações, e não como um cenário estático. Conforme aponta Do Prado (2022, p. 118), “o entrecruzamento das dependências dos indivíduos entre si e suas interdependências são o que os unem uns aos outros”, o que reforça a ideia de que o cotidiano deve ser analisado a partir das conexões que o estruturam. Ao incorporar essa perspectiva ao processo pedagógico, a eletiva favorece a construção de interpretações que articulam experiências individuais e processos sociais, ainda que de forma inicial e mediada.

Tal compreensão aproxima-se da perspectiva de Elias (1994), para quem a sociedade deve ser entendida como uma configuração de indivíduos interdependentes, cujas relações não podem ser reduzidas nem à soma das ações individuais, nem a uma entidade externa a elas. Ao reconhecer que o território vivido pelos estudantes é atravessado por essas interdependências, torna-se possível tensionar leituras fragmentadas da realidade e promover uma compreensão mais integrada das dinâmicas sociais. Nesse sentido, a eletiva não apenas possibilita a observação do espaço vivido, mas contribui para a construção de uma leitura sociológica que considera o entrelaçamento de relações, práticas e estruturas que constituem a vida em sociedade.

CONCLUSÃO

A experiência de uma intervenção didática no ensino de Sociologia no Ensino Fundamental II, mesmo diante de inúmeros desafios — entre eles, a redução do espaço da disciplina no currículo, como evidenciado no Novo Ensino Médio paranaense, que a prevê apenas na 2ª série —, reforça a necessidade de ampliar o debate sobre sua presença na Educação Básica. Tal cenário não apenas evidencia uma fragilização da área no currículo escolar, mas também suscita reflexões sobre as implicações dessa ausência na formação crítica dos estudantes, especialmente no que se refere à compreensão das dinâmicas sociais que estruturam o cotidiano. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para essa discussão ao demonstrar, na prática, a possibilidade de inserção estruturada da Sociologia desde o 6º ano do Ensino Fundamental, tomando o território e o cotidiano como eixos articuladores do processo de ensino e aprendizagem. Ao fazê-lo, evidencia-se que a aproximação entre experiência vivida e análise sociológica pode constituir-se como um caminho potente para a formação de estudantes mais críticos, capazes de problematizar a realidade social para além de explicações imediatas e naturalizadas.

A análise da eletiva Olhares sobre o lugar onde vivemos evidencia que o território, quando compreendido para além de sua dimensão física, configura-se como uma mediação pedagógica potente para o ensino de Sociologia, pois possibilita que os estudantes partam de suas experiências concretas para a construção de interpretações mais amplas sobre o mundo social. Ao ancorar a aprendizagem no cotidiano, a proposta favorece deslocamentos interpretativos, nos quais o espaço vivido passa a ser reconhecido como expressão de relações sociais, e não apenas como cenário das experiências individuais. Tal processo, contudo, não se desenvolve de forma linear, sendo atravessado por limites cognitivos, pedagógicos e institucionais, como a tendência à descrição das vivências e as dificuldades de abstração conceitual, o que demanda mediações docentes intencionais e contínuas. Ainda assim, à luz da perspectiva relacional, ancorada na noção de interdependência, observa-se a emergência de um modo de compreensão que articula experiências individuais a processos sociais mais amplos, indicando a possibilidade de construção de um pensamento sociológico capaz de tensionar explicações naturalizadas e reconhecer o caráter relacional da vida social.

Desse modo, ao mobilizar o território como categoria pedagógica e a imaginação sociológica como recurso formativo, a proposta analisada indica que a inserção da Sociologia no Ensino Fundamental II não apenas é possível, mas necessária para a constituição de formas mais críticas de leitura do mundo social. A eletiva favorece a articulação entre experiências individuais e processos sociais mais amplos, ainda que em um nível inicial, e contribui para a construção de um olhar que reconhece o caráter relacional da vida social, tensionando explicações individualizantes e naturalizadas. Nesse sentido, reafirma-se que a formação sociológica na educação básica não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a criação de condições para que os estudantes possam interpretar, questionar e ressignificar suas próprias experiências, compreendendo-se como sujeitos inseridos em redes de interdependência. Assim, mais do que ampliar o espaço da disciplina no currículo, trata-se de afirmar sua centralidade na formação de sujeitos capazes de ler criticamente o mundo em que vivem e atuar de maneira mais consciente nas relações que o constituem.

REFERÊNCIAS

DO PRADO, Jefferson Antonio. As aproximações e contribuições de Norbert Elias para a educação a partir do conceito de interdependência, inter-relação, configuração, poder, habitus social e individualização. **Revista Docent Discunt**, Engenheiro Coelho (SP), v. 2, n. 2, p. 28–39, 2022. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/rdd/article/view/1378>. Acesso em: 20 jan. 2026. <https://doi.org/10.19141/2763-5163.docentdiscunt.v2.n2.p28-39>.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Organização de Michael Schröter. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

LELIS, Leandro Reginaldo Maximino. Elementos epistemológicos, categorias de análise e pares dialéticos para a compreensão do espaço e do território na obra de Milton Santos. Élisée – **Revista de Geografia da UEG**, v. 13, n. 1, p. e1312401, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.31668/elisee.v13i01.14270>. Acesso em: 11 fev. 2026.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Programas para a Educação Básica. **Documento Orientador nº 01/2023 – DPEB/DEDUC/SEED**: orientações para instituições de ensino com oferta de Ensino Fundamental em Tempo Integral – anos finais, Ensino Médio em Tempo Integral e Educação Profissional em Tempo Integral. Curitiba: SEED, 2023. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-09/documento_orientador_integral_012023_dpebdeducseed.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

PENKAL, Daiane Trichez Machado. **Eletiva I – Olhares sobre o lugar onde vivemos**. Documento estruturado da eletiva (planejamento pedagógico). Araucária: Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, 2026.

SANTOS, Aline Coêlho dos; PEREIRA, Roberta Andressa; RAUSCH, Rita Buzzi. Contribuições do exercício da imaginação sociológica para a construção do pensamento científico na formação de professores. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 61, n. 69, e-32714, jul. 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352023000300202&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2026. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2023v61n69id32714>.

VALE, Fábio Freire do. **O ensino de sociologia como instrumento para compreensão das realidades**: aprendizagem significativa e o uso da imaginação sociológica na construção do sujeito. 2022. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/68887/3/2022_dis_ffvale.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.